



VEREADORA



Eliana Gomes

Coragem pra lutar

Informativo do Mandato da Vereadora Eliana Gomes - EDIÇÃO ESPECIAL - Agosto 2009.

Três anos de Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (LMP) completa três anos em 07 de agosto de 2009 e tramita no Senado Federal o projeto de lei de número 156/2009 que prevê mudanças em dispositivos da Lei que poderão, se aprovadas, descaracterizar e fragilizar essa conquista histórica das mulheres e do povo brasileiro.



03
ANOS

“ Me orgulho de ser amiga e companheira de nossa querida Maria da Penha, que tão bem representa a garra da mulher cearense, nordestina e brasileira ”

Eliana Gomes

A Lei Maria da Penha (LMP) completa três anos em 07 de agosto de 2009 e tramita no Senado Federal o projeto de lei de número 156/2009 que prevê mudanças em dispositivos da Lei que poderão, se aprovadas, descaracterizar e fragilizar essa conquista histórica das mulheres e do povo brasileiro.

Caso seja aprovado, o projeto de lei vai passar a considerar os crimes domésticos contra a mulher como delitos de ordem privada, que devem ser solucionados no próprio ambiente doméstico sem a intervenção da Justiça. O texto original da Lei Maria da Penha qualifica a violência doméstica como crime. Assim, com a reforma do Código Penal, as vítimas não seriam atendidas por juízes e sim por conciliadores que têm a função de promover um acordo entre as partes. Além disso, com a mudança, as mulheres agredidas só poderão renunciar a acusação diante do juiz. A punição que hoje se configura prisão, por exemplo, pode ser restrita ao pagamento de cestas básicas, à prestação de serviços comunitários.

A Lei Maria da Penha é uma conquista da sociedade e do movimento feminista do Brasil que está ameaçada por tentativas de mudança que a inviabilizam na prática. A violência doméstica praticada contra a mulher só passou a ser punida com maior rigor devido a aplicação da LMP.

Para a vereadora Eliana Gomes (PCdoB) a Lei Maria da Penha é uma conquista preciosa do povo e das mulheres brasileiras frente a uma história marcada por discriminações, exclusões, desvalorização e violência. “É a prova de que as mulheres, os movimentos feministas, os partidos populares e progressistas e os diversos setores comprometidos com a emancipação de mulheres e homens são capazes de interferir no combate à violência contra a mulher”, ressalta a vereadora.

A lei não

Em entrevista para a Assessoria de Imprensa da vereadora Eliana Gomes, a farmacêutica, Maria da Penha Maia Fernandes, que dá nome a lei, falou sobre os avanços alcançados com a legislação que leva seu nome e opinou sobre a tentativa de mudança nessa grande vitória das brasileiras que completa apenas três anos em 2009.

A vereadora destaca ainda ter orgulho de fazer parte da história da lei, de ter sido fundadora e primeira presidente do Centro Socorro Abreu, de fazer parte da União Brasileira de Mulheres; de ter sido secretária de mulheres do PCdoB em Fortaleza e de ser a primeira mulher comunista a ocupar um lugar no parlamento da cidade. “Tenho orgulho de ser amiga e companheira de nossa querida Maria da Penha, que tão bem representa a garra da mulher cearense, nordestina e brasileira”, diz Eliana.

A vereadora apela para que os vereadores e as vereadoras de Fortaleza assinem uma moção de apoio incondicional à Lei Maria da Penha, a ser também enviada ao Senado da República, entendendo seu papel fundamental na construção de condições de vida mais dignas para as mulheres de todo o Brasil.

o pode mudar

A entrevista na íntegra:

Assessoria de Imprensa: Depois de três anos de Lei Maria da Penha, qual a sua avaliação?

Maria da Penha: Acho que onde ela está sendo política pública, está bem desenvolvida, mas ainda falta muito. Como por exemplo, em cidades do interior.

A.I.: O que representa o projeto 156/2009, que se encontra no Senado Federal, e prevê mudanças na LMP?

M.P.: A única coisa que tenho a dizer sobre o assunto é que quem deseja ver essas mudanças ou não conhece a lei, ou está incomodado com ela. É preciso que as pessoas incomodadas com a Lei procurem repensar suas condutas conjugais.



“É preciso que as pessoas incomodadas com a Lei procurem repensar suas condutas conjugais.”



A.I.: O que a senhora tem a dizer às mulheres do Ceará e do Brasil neste momento?

M.P.: Mais do que nunca devemos estar unidas para mudar paradigmas da vida das mulheres. Fortalecer junto aos movimentos sociais as reivindicações das mulheres.

SOU A FAVOR DA LEI

“A Lei Maria da Penha é uma conquista das mulheres e da sociedade que traz uma série de avanços no combate à violência doméstica. Modificar esta lei, seria um retrocesso na busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e a negação de uma cidade justa e democrática. Convoquemos todos e todas nessa causa”.

Olinda Maria Marques dos Santos
Secretaria Executiva Regional III

“A Lei Maria da Penha é mais do que uma vitória importante para as mulheres. É uma conquista histórica de todo o nosso povo, para a construção de uma sociedade em que nunca se ameace a dignidade de cada pessoa. Por isso, apoiamos a luta pelo cumprimento da lei e contra as tentativas de diminuir seus efeitos. Porque as mulheres brasileiras merecem todo o respeito”.

Chico Lopes - Deputado Federal - PCdoB-CE

“Alterar a Lei Maria da Penha, é uma ameaça aos avanços conquistados pela sociedade. É inaceitável retroceder a penalização dos crimes contra a mulher à simples doação de cestas básicas, prestação de serviços, e não com a prisão sumária do agressor. Não podemos concordar”.

Lula Morais - Deputado Estadual-PCdoB-CE

“Defender a Lei Maria da Penha é defender a vida das mulheres. Não podemos aceitar nenhum tipo de retrocesso, pois essa conquista histórica repercute diretamente no enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres”.

Clarice Araújo - Centro Socorro Abreu



A Lei Maria da Penha é a mais importante e efetiva ação legislativa na defesa da mulher, fruto de décadas de luta pelo progresso na área de direitos humanos. Se o Projeto de Lei 156/2009 prevalecer, a violência doméstica e familiar contra a mulher voltará a ser tratada como crime de menor potencial ofensivo. Sem dúvida esse é um retrocesso que jamais podemos admitir

Inácio Arruda - Senador - PCdoB-CE

